A PROBLEMÁTICA ENVOLVIDA PELA (IN)COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO, NA FASE DE EXECUÇÃO, DIANTE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONSEQUÊNCIAS PARA O RAMO EMPRESARIAL

THE PROBLEM INVOLVED BY (IN)COMPETENCE OF JUSTICE OF LABOR, THE IMPLEMENTATION PHASE, THE RECOVERY PROCESS BEFORE THE JUDICIAL BRANCH AND IMPLICATIONS FOR BUSINESS

[...] poder não se divide subjetivamente, nem mesmo como atividade; o que se divide e o objeto do poder, ao qual se dirige a atividade estatal. Quando muito, há divisão de competências; nunca, porém, divisão de poderes (JELLINEK apud BONAVIDES, 2009, p. 78).

1. Sumário: 1. Introdução. 2. Os princípios constitucionais, a ordem econômica, e os aspectos sociais contidos na Constituição Federal de 1988; 3. Fundamentos da Lei de Recuperação Judicial. 4. A competência da Justiça do Trabalho ampliada pela Emenda Constitucional n. 45/2004; 4. O processo de execução trabalhista e a Lei de Recuperação Judicial. 5. Da busca por uma solução em face do conflito de (in)competência na execução trabalhista diante do processo de recuperação judicial. 7. As consequências para o ramo empresarial. 8. Considerações finais.

JANAÍNA ELIAS CHIARADIA¹

LUIZ EDUARDO GUNTHER²

¹Mestranda em Direito Empresarial e Cidadania pelo Centro Universitário Curitiba – Unicuritiba, em Curitiba, Paraná. Graduada em Direito pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), com especialização MBA em Direito Empresarial e Processual Civil no Centro Universitário de Jaraguá do Sul (UNERJ), Pós-Graduada em Didática do Ensino Superior pela Faculdade do SENAC. Advogada no ramo empresarial e professora universitária no Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA e na Faculdade do SENAC.

²Doutor em Direito do Estado, pela UFPR, em 2001/2003, Mestre em Direito, pela UFPR, em 1997/2000, Professor do Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA, Desembargador do Trabalho junto ao TRT da 9ª. Região, membro da Academia Nacional do Direito do Trabalho, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e do Centro de Letras do Paraná e da Associação Latino-Americana dos Juizes do Trabalho. Autor de obras jurídicas, capítulos e artigos científicos.

RESUMO: O presente estudo visa analisar as problemáticas envolvidas no conflito existente no tocante a (in)competência da Justiça do Trabalho, quando da fase de execução, diante do processo de recuperação judicial. Para tanto, se faz necessária análise de princípios constitucionais envolvidos no âmbito empresarial, em suas relações econômicas e sociais, em prol do desenvolvimento e sustentabilidade da sociedade. A Constituição Federal estabelece princípios para que as atividades empresarias sejam desenvolvidas, bem com, ao admitir a livre-iniciativa e a livre-concorrência, impõe a observância dos direitos garantidos ao setor econômico e social. Por outro lado, o instrumento utilizado pelo ramo empresarial através da recuperação judicial, visa a garantia de continuidade da empresa e conseqüentemente, da sobrevivência das relações econômicas, de trabalho e consumo, a fim de que seja fomentado o crescimento financeiro e a justiça social, uma vez que suas conseqüências são suportadas por todos os cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Competência; Justiça do Trabalho; Recuperação Judicial; Conflito; Empresarial.

ABSTRACT: This study aims to analyze the problems involved in the conflict in respect of (in)competence of the Justice of Labor, when the implementation phase, before the process of bankruptcy. Therefore, it is necessary analysis of constitutional principles involved in the business in its economic and social relations, for the development and sustainability of society. The Constitution establishes principles for entrepreneurial activities are developed, as well as, to admit the free enterprise and free competition, requires the observance of the rights guaranteed to the economic and social sector. Moreover, the instrument used by the entertainment industry through bankruptcy, aims at guaranteeing the continuity of the company and hence the survival of economic, labor and consumption in order to be promoted to financial growth and social justice, a since its consequences are borne by all citizens.

KEYWORDS: Competence; Labor Court; Reorganization; Conflict; Business.

1. INTRODUÇÃO

Diante da normatividade instituída através da Constituição Federal de 1988, a qual estabelece as regras gerais para que a sociedade siga diretrizes mais seguras e com fundamentação em uma norma superior, todos os ramos da sociedade devem respeitar a Carta Magna, adotando seus critérios, princípios e regras, a fim de que o desenvolvimento social seja possível e que a economia possa ser dirigida em prol do bem comum.

Por outro lado o Estado, ao fiscalizar e estimular a atividade econômica, deve garantir ao entre privado, princípios constitucionais tais como o da livre-iniciativa e livre-concorrência, a fim de que a efetivação e crescimento do ramo empresarial, seja possível, objetivando alavancar o eixo do crescimento social.

Desta forma, os princípios liberais e sociais elencados na Constituição Federal, servem de cerne para que o ramo empresarial possa ao mesmo tempo buscar o crescimento econômico, garantindo os direitos de terceiros, em especial dos empregados, e visar à sustentabilidade social.

Essa liberalidade constitucional é diversa daquela vivenciada em tempos anteriores, eis que, “o liberalismo de nossos dias, enquanto liberalismo realmente democrático, já não poderá ser, como vimos, o tradicional liberalismo da revolução francesa, mas este acrescido de todos os elementos de reforma e humanismo com que se enriquecem as conquistas doutrinárias de liberdade”(BONAVIDES, 2009, p. 163).

Por outro lado, as normas sociais imbuídas nos princípios constitucionais, retratam a valorização das atividades empresariais pertinentes e os contratos financeiros, comerciais e de trabalho firmados, visam impulsionar a economia e sustentabilidade social, eis que, a consequência de tais circunstâncias direciona a sociedade, tanto com o crescimento, como com os impactos resultantes das legislações e decisões judiciais direcionadas a cada procedimento adotado.

Há de se ressaltar o ensinamento expressado por Bonavides (2009, p. 164) ao esclarecer que:

[...] o Estado Social representa efetivamente uma transformação superestrutural por que passou o antigo Estado liberal. Seus matizes são riquíssimos e diversos. Mas algo, no Ocidente, o distingue, desde as bases, do Estado proletariado, que o socialismo marxista intente implantar; é que ele conserva sua adesão à ordem capitalista, princípio cardeal a que não renuncia.

A atual ordem econômica inserida na Constituição Federal de 1988 explicita aspectos liberais, sendo que tal ordenamento evidencia normas sociais para o desenvolvimento econômico-financeiro, direcionando a atuação do ramo empresarial e as consequências dos

contratos que venham a ser efetivamente firmados, em especial aqueles de cunho empregatício.

Em consonância, os valores sociais do trabalho, a livre iniciativa, a dignidade da pessoa humana, o desenvolvimento nacional, e tantos outros fundamentos que norteiam as relações empresárias, tais como, de emprego, de consumo, econômicas, estão respaldados no conteúdo da norma constitucional.

Em determinadas circunstâncias, diante de cenários financeiros e problemáticas advindas de decisões adotadas pelo ramo empresarial, os empresários buscam na recuperação judicial viabilizar sua sobrevivência, evitar maiores prejuízos a terceiros e manter-se competitivo no mercado financeiro, a fim de garantir a sustentabilidade de seu ramo e de todos aqueles que deles dependam.

Ocorre que, no momento em que se adota tal posicionamento, iniciado o processo de recuperação judicial, bem como todas as providências necessárias para a prática lícita de tal instrumento jurídico, há questões processuais envolvidas em ações trabalhistas, as quais se encontram em fase de execução, que podem comprometer a própria sobrevivência da empresa, razão pela qual, a importância do presente estudo, a fim de que tais problemáticas possam ser esclarecidas, ressaltadas e soluções fomentadas.

Desta forma, em face das normas constitucionais de cunho econômico, liberal e social, há de ser analisada a execução trabalhista diante do processo de recuperação judicial, suas problemáticas e consequências sociais, em especial para a sustentabilidade do ramo empresarial.

2. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS, A ORDEM ECONÔMICA, OS ASPECTOS SOCIAIS CONTIDOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Os princípios constitucionais que norteiam a ordem econômica, bem como as normas sociais e liberais inseridas na atual constituição federal, são de suma importância para a compreensão das diretrizes que sustentam o ramo empresarial, em especial no momento da adoção de decisões administrativas e judiciais de suma importância para sobrevivência do mesmo.

Inicialmente há de se ressaltar que na base essencial da Constituição Federal de 1988, “a caminhada teórica dos princípios gerais, até sua conversão em princípios constitucionais, constitui a matéria das inquirições subsequentes. Os princípios, uma vez constitucionalizados, se fazem a chave de todo o sistema normativo” (BONAVIDES, 2009, p. 258).

E, diante da teoria dos princípios “em verdade, os princípios gerais, elevados à categoria de princípios constitucionais, desatam, por inteiro, o nó problemático da eficácia dos chamados princípios supralegais, terminologia que tende a cair em desuso, arcaísmo vocabular de teor ambíguo, enfim, locução desprovida já de sentido, salvo na linguagem jusnaturalista”(BONAVIDES, 2009, p. 293).

Nos preceitos explicitamente contidos na atual Constituição Federal, há normas e princípios para regular a ordenação econômica, elencando concepções e enunciados que impulsionem a produtividade e o crescimento do setor financeiro.

Por conseguinte, a ordem econômica encontra respaldo em especial no Título VII, da Ordem Econômica e Financeira, da Constituição Federal de 1988, que implanta normas de regulamentação para todo o setor financeiro, em especial para o ramo empresarial e seus seguimentos, visto que o art. 170 (BRASIL, Constituição. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988), que assim estabelece:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

[...]

IV - livre concorrência;

[...]

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Desta forma, “a norma econômica na Constituição Federal de 1988 consagra um regime de mercado organizado, entendido como tal aquele afetado pelos preceitos de ordem pública clássica (Geraldo Vidigal); opta pelo tipo liberal do processo econômico, que só admite a intervenção do Estado para coibir abusos e preservar a livre concorrência de quaisquer interferência”(GRAU, 2008, p. 190).

A ordem jurídico-política fundamental esculpida na constituição vigente é capitalista, num sistema economicamente liberal e ao mesmo tempo, contemplando normas sociais, as quais devem ser observadas e respeitadas pelo setor financeiro, a fim de que o ramo empresarial seja preservado.

O capitalismo atual é marcado pela interferência do ramo empresarial, através do aparecimento de novos institutos jurídicos ou a extensão de antigos institutos com novas características, o que torna imprescindível conscientização dos principais constitucionais que norteiam tal setor da sociedade.

A atual ordem econômica está baseada em regras liberais, com características sociais, vinculando o sistema capitalista ao estado social democrático de direito.

Na Constituição de 1988, os princípios de suma importância para a efetivação do ramo empresarial no sistema jurídico, político, social e econômico, se referem aqueles vinculados a atribuição aos particulares à iniciativa privada, como papel primordial para exploração de atividades econômicas, e a livre concorrência, como forma de preservação de um sistema democraticamente equivalente e justo.

Vale destacar que “ao atribuir à iniciativa privada papel de tal monta, a Constituição torna possível, do o ponto de vista jurídico, a previsão de um regime específico pertinente às obrigações do empreendedor privado. Não poderia, em outros termos, a ordem jurídica conferir uma obrigação a alguém, sem, concomitantemente, prover os meios necessários para integral e satisfatório cumprimento dessa obrigação” (COELHO, 2008, p. 26).

A Constituição Federal de 1988 apresenta pressupostos jurídicos que visam regulamentar a atividade empresarial, eis que, tanto em seu art. 1º, no art. 5º, XIII, art. 6º a 11, quanto no art. 170, as garantias da livre iniciativa, dos valores sociais do trabalho, da propriedade privada, da função social da propriedade, da livre concorrência, dentre outras, são necessárias para a exploração da atividade econômica.

O princípio fundamentalmente previsto na Constituição Federal de 1988 designado como sendo de livre iniciativa, se refere a liberdade concedida pelo constituinte para que qualquer cidadão possa exercer profissão ou empreender atividade econômica, independentemente de autorização do Estado, desde que norteado pela legislação vigente, salvo hipóteses previstas em lei.

Trata-se de uma faculdade para que os entes privados ou qualquer cidadão possam contribuir e proporcionar o desenvolvimento econômico, social e político de toda a sociedade.

A liberdade inserida em tal princípio não significa a possibilidade de que cada cidadão possa fazer o que bem entender, mas sim, o de poder exercer atividade lícita, com as qualificações pertinentes, objetivando lucratividade, usufruindo de incentivos e benefícios, desde que a legislação específica seja respeitada, conforme esclarece Martins (2001, p. 167):

O que interessa em termos de primeira acepção, é que, mesmo sob restrições legalmente estabelecidas, num regime de livre-iniciativa, é a partir do exercício da atividade profissional ou da atuação econômica que os indivíduos retiram sustento diário, adquirindo patrimônio capaz de garantir sua dignidade. [...] Os benefícios de um regime que garanta e verdadeiramente estimule a livre-iniciativa não se resume apenas à esfera individual. É que a sua dinâmica, pelas infindáveis transações e melhoria presumida de bem-estar em cada uma delas, acaba por gerar relevante riqueza social, uma vez que a livre-iniciativa em ação transforma parcela da propriedade estática em propriedade dinâmica.

Diante do sistema constitucional vigente, o qual explicita o princípio da livre-iniciativa, asseverando de outra forma o respeito a legislação vigente, o legislador ordinário estabeleceu mecanismos que visam a coibição de práticas empresariais contrárias a ordem econômica e a livre concorrência, conforme se verifica no art. 173, § 4º, da Carga Magna.

Para o fomento da economia, através da produção, circulação de bens e serviços, e para o desenvolvimento da atividade empresarial, há necessidade de um regime econômico de livre-iniciativa e livre-concorrência.

As garantias de liberdade ofertadas aos empresários devem ser exercidas sem lesar interesses individuais ou coletivos, a fim de que a justiça social e o bem-estar coletivo, sejam respeitados.

Para a livre iniciativa, o Estado participa como órgão fiscalizador, incentivador e de planejamento, eis que a liberdade da atividade econômica é concedida ao setor privado.

Neste contexto, “a livre concorrência, oriunda da atuação profissional, é a liberdade dada aos empresários para exercerem suas atividades segundo seus interesses, limitados somente pelas leis econômicas, porém norteadas pelo princípio da boa-fé objetiva. Trata-se da opção de uma forma de competição (leal e lícita) com os demais fatores econômicos dos que exercem a mesma atividade de mercado” (DINIZ, 2011, p. 42).

As normas que incentivam a livre concorrência, em especial através da liberdade dos agentes econômicos, estratégias de publicidade, ofertas especiais, circulação de capitais e pagamentos, por outro lado, proíbem e sancionam a concorrência desleal, conforme exposto anteriormente, buscando a conservação da boa-fé objetiva no ramo empresarial.

Tamanha a importância da boa-fé nas atividades empresariais que “deixam de ter tanta relevância as disposições contratuais escritas, na medida em que se gerou maior severidade às obrigações e deveres de conduta próprios à formação, bem como estabeleceu-se um amplo rol e seguro critério de determinação e reconhecimento das chamadas cláusulas abusivas. Um das consequências principais desta situação foi a revisão dos chamados princípios contratuais. Assim, atualmente, estão neste patamar a autonomia privada, a justiça contratual e a boa-fé objetiva” (POPP et al., 2008, p. 23).

A autonomia privada está representada na liberdade concedida ao setor privado, visando a garantia da justiça social, enquanto que a boa-fé objetiva, acaba se interligando com a responsabilidade assumida através das atividades empresariais.

Com relação aos princípios ora abordados, tanto da livre iniciativa, quanto da livre concorrência, tem-se que “as relações empresariais sofrerão grande influência do princípio da boa-fé objetiva. Não há motivos, porém, para preocupações, pois a aplicação de tal princípio é mera concretização no âmbito infraconstitucional dos parâmetros descritos nos arts. 1º, 3º e 170 da Carta Magna” (POPP et al., 2008, p. 23).

Tendo a lucratividade como um dos objetivos primordial do setor empresarial e em função do atual cenário econômico, o direito da propriedade está insculpido na Carga Magna em seu art. 5º, XXII.

O termo propriedade pode ser empregado em suas diversas acepções conforme preceitua Pontes de Miranda (1995, p.9):

“Em sentido amplíssimo, propriedade é o domínio ou qualquer direito patrimonial. Tal conceito desborda do direito das coisas. O crédito é propriedade. Em sentido amplo, propriedade é todo direito irradiado em virtude de ter incidido regra de direito das coisas (cc. Arts. 485, 524 e 862). Em sentido quase coincidente, é todo direito sobre as coisas corpóreas e a propriedade literária, científica, artística e industrial. Em sentido estritíssimo, é só o domínio. O primeiro sentido é o de propriedade, no art. 141, § 16, da Constituição de 1946”.

Em sendo um dos direitos fundamentais de primeira geração, a dignidade humana está intrinsecamente relacionado com o direito de propriedade, o qual se encontra no art. 17 da Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.

Justamente em razão dos planejamentos referente ao progresso e desenvolvimento alcançados pelo setor técnico-industrial, é que o direito de propriedade em consonância com a dignidade humana, visa proporcionar bem-estar, segurança, qualidade de vida. “Isso demonstra ser essencial que as pessoas, de um modo geral, procurem, ao longo da vida, amedidar algum patrimônio, com o fulcro de garantirem o atendimento de suas necessidades mais elementares e da respectiva família, pois o Poder Público, ao menos no Brasil, somente prestará socorro em último caso”(MARTINS, 2011, p. 161).

Inclusive quanto a harmonia social, o direito de propriedade resguarda a importância da participação do setor privado, a fim de que “fatores sociais como segurança jurídica (quanto à imutabilidade do pacto), exequibilidade (execução forçada em caso de inadimplemento), ambos englobados no conceito de propriedade aqui tratado, e previsibilidade (elemento ligado ao risco do negócio) devem ser considerados – e fortemente albergado – pelo sistema normativo sob pena de gerar desestímulo aos agentes econômicos pelo aumento dos custos de transação” (MARTINS, 2011, p. 164).

A propriedade empresarial apresenta como função social a busca pela organização de produção e circulação de bens e serviço, proporcionando a redução das desigualdades sociais, tanto no tocante ao direito do consumidor, como nas relações de trabalho existentes para tais fins, e ainda nos setores médicos, de ensino, previdência, meio ambiente, dentre outros. Conforme esclarece Maria Helena Diniz (2011, p. 47/48):

A empresa, portanto, é o núcleo convergente de vários interesses, que realçam sua importância econômico-social, como: *lucro* do empresário e da sociedade empresária que assegura a sua sobrevivência e a melhora de salários e enseja a criação de novos empregos e a formação de mão de obra qualificada; *salário* do

trabalhador, permitindo sua sobrevivência e de sua família; *tributos*, possibilitando a consecução das finalidades do poder público e a manutenção do Estado.

Em um setor economicamente organizado, a empresa tem como objetivos primordiais o lucro, a geração de empregos e o recolhimento de impostos, diante do direito de propriedade que adquiriu e a função social que realiza, todos constituídos através da efetividade de contratos firmados.

Para tanto, a Constituição Federal de 1988 (CRFB/88), ao expressar os princípios basilares de todo o ordenamento jurídico, em seu artigo 1º, efetivou fundamentos de suma importância para toda sociedade, tais como da cidadania, da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Ressalta-se da mesma forma que, construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como garantir o desenvolvimento nacional, a fim de promover o bem de todos, são objetivos da República Federativa do Brasil, conforme insculpido no art. 3º, da CRFB/88.

Portanto, ao mesmo tempo que ao ramo empresarial se impõe a observação dos preceitos constitucionais, em especial os direitos trabalhistas, é-lhe assegurada a condição de livre administração, desde que através de condutas investidas de boa-fé e ética profissional.

Desta forma, é do empresário a faculdade de escolher o ramo que deseja empreender, os maquinários que serão necessários, bem como os critérios que devem ser observados para contratação de seus funcionários.

O capitalismo acabou se transformando e aprimorando seus principais aspectos, diante de alguns elementos sociais que foram absorvidos pela sociedade atual, tais como, aqueles contidos nos contratos firmados, nas decisões administrativas adotadas, nas transformações dos institutos jurídicos, visando ao mesmo tempo a preservação da liberdade, e a igualdade entre todos os cidadãos.

Diante de todo o exposto, em especial da análise dos princípios constitucionais vinculados ao ramo empresarial, principalmente o da livre iniciativa e o da livre concorrência, verifica-se que apesar dos aspectos intervencionistas do Estado, tais normas estão vinculadas intimamente com o capitalismo, porém, respeitadas as premissas sociais na carta magna elencadas, a fim de que a justiça social possa ser atingida e a sustentabilidade empresarial

assegurada, através dos instrumentos que possibilitam tal efetividade, quais sejam, a coerência entre o processo de execução trabalhista e a recuperação judicial.

3. OS FUNDAMENTOS DA LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em consonância com os aspectos ressaltados dos princípios constitucionais que norteiam as relações envolvidas no âmbito empresarial, a Lei n. 11.101 de 2005, visa regular em especial as circunstâncias presenciadas na recuperação judicial, para os fins de auxiliar na manutenção e sobrevivência das empresas e daqueles que estão relacionados às mesmas.

Tal legislação explicita a preocupação com os fundamentos direcionados à função e preservação social da empresarial, uma vez que, a organização econômica e produtiva restará prejudicada caso venha a ocorrer a extinção da empresa, razão pela qual, ressalta-se que o próprio art. 47 da lei em comento, destaque que “a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”.

Tais premissas da lei estão abraçadas aos princípios constitucionais da livre-concorrência, livre-iniciativa, boa-fé empresarial, bem como, fundadas em busca de uma sociedade livre, justa e solidária, bem como garantir o desenvolvimento nacional.

O próprio Estado, enquanto garantidor da ordem constitucional, social e financeira, é igualmente responsável pela manutenção do crescimento econômico, pois através, dos poderes legislativo, executivo e judicial, deve preservar e evitar medidas drásticas tais como a extinção de uma empresa, em prol do bem comum.

Nesse sentido há de ser ressaltada a importância da preservação da empresa eis que “a regra, portanto, é buscar salvar a empresa, desde que economicamente viável. O legislador colocou, à disposição dos atores principais no cenário da empresa em crise, as soluções da recuperação extrajudicial e judicial”(SALOMÃO; SANTOS, 2012, p. 14).

Uma empresa em bom funcionamento gera empregos, diretos e indiretos, finda contratos comerciais e financeiros, e ainda impulsiona o setor consumerista e tributário, com a arrecadação que promove através de suas atividades, justificando a necessidade de sua sobrevivência.

Há de se ressaltar a importância de ser identificado o pressuposto da viabilidade da empresa sobreviver ao momento da crise, da importância da mesma para sociedade e a utilidade econômica da sua sobrevivência. “É necessário seja importante para a econômica local, regional ou nacional que aquela empresa se reorganize e volte a funcionar com regularidade; em outros termos, que valha a pena para sociedade brasileira arcar com os ônus associados a qualquer medida de recuperação de empresa não derivada de solução de mercado”.

Tal entendimento é expressado por Coelho (2012, p. 405) ao esclarecer que “para que se justifique o sacrifício da sociedade brasileira presente, em maior ou menor extensão, em qualquer recuperação de empresa não derivada de solução de mercado, a sociedade empresária que a postula deve mostrar-se digna do benefício”.

Desta forma, a empresa deve representar salutar importância para sociedade como um todo, para a sobrevivência de seus empregados, para impulsionar a economia, e para viabilizar o setor financeiro, a fim de que os procedimentos adotados com a recuperação judicial consigam atingir os objetivos pertinentes, quais sejam, o resgate e a preservação da pessoa jurídica e os reflexos sociais da mesma.

Diante dos valores atribuídos ao ramo empresarial, na sociedade contemporânea, e a busca pelo crescimento da economia em prol dos fins sociais, o poder-dever dos empresários devem se harmonizar com as esferas envolvidas pelo direito consumerista, meio ambiente, de emprego, redução de desigualdade, e a contribuição tributária, dentre outras.

Por tais razões, a importância das normativas expressadas através da lei de recuperação judicial, devem ser observadas e respeitadas por todos os órgãos do Estado, a fim de que, a função social da empresa e sua preservação, possam ser refletidas em benefício do bem comum, do crescimento econômico e da manutenção do meio financeiro.

4. A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO AMPLIADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45/2004

Com o advento da Emenda Constitucional n. 45/2004, dentre outras alterações, a competência da Justiça do Trabalho foi ampliada, agregando não só as problemáticas envolvidas nas relações de emprego, como também, naquelas oriundas das diversas discussões no âmbito das relações de trabalho.

Diante da citada emenda constitucional, voltou-se para competência de análise da Justiça do Trabalho as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como, as ações que envolvam exercício do direito de greve, as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores, os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição, os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho, as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho, a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir, enfim, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

Os direitos trabalhistas constitucionais, que de forma genérica se encontram insculpidos na carga magna de 1988, em especial nos arts. 6º a 11, com o gênero contratual assumido pelo ramo empresarial, merece melhores esclarecimentos, a fim de que expressões “relação de trabalho” e “relação de emprego”, sejam identificadas em suas proporções, uma vez que, com a ampliação da competência da Justiça do Trabalho houve a evidencia de tal distinção.

Nesse sentido, adverte Nascimento (2009, p. 539) “O direito processual do trabalho adiantou-se ao direito material do trabalho com a Emenda Constitucional n. 45, de 2004, que instituiu a reforma do Poder Judiciário, alterando a redação do art. 114 da Constituição Federal para ampliar a competência da Justiça do Trabalho, que passou a processar e julgar “as ações oriundas da relação de trabalho”.

Em determinado momento legislativo, houve o questionamento quanto a continuidade da Justiça do Trabalho como sendo uma das ramificações autônoma e individualizada do Poder Judiciário, e ao ampliar sua competência de apreciação dos litígios, estabeleceu a inclusão das relações trabalhista em sentido geral, conforme ressalta Nascimento (2009, p. 539) “Quando a lei dispõe sobre *relação de trabalho*, quer se referir a *contrato de trabalho*. Faça-se a ressalva sobre a antiga discussão sobre o sentido das duas expressões: aquela uma visão objetivista do vínculo de emprego, esta uma postura contratualista”.

O que restou evidenciado, através da Emenda constitucional n. 45/2004, é que não somente a relação envolvida por empregados e empregadores, mas também, toda e qualquer forma de labor, conforme complementa Nascimento (2009, p. 539) ao destacar que “não se controverte que relação de trabalho é um gênero, ou, em outras palavras, contrato de trabalho é um gênero, e não se confunde com relação de emprego ou contrato de emprego, que é uma modalidade – a mais importante – de contrato de trabalho”.

Consequentemente, tem-se que a relação de trabalho é o gênero da qual tem-se a espécie relativa ao emprego, e que também abrange o contrato individual de trabalho, na categoria vinculadora entre empregado e empregador, sendo objeto do presente estudo.

Dentre algumas características envolvendo o contrato entre empregados e empregadores, tais como, a não eventualidade, pessoalidade, onerosidade, subordinação, tem-se ainda, a consensualidade que deve ser estabelecida entre as partes, ressalta-se que ninguém será obrigado a suportar uma contratação, em condições que não sejam de vontades mútuas.

O trabalho contratado pelo empregador representa um valor, o qual deve ser transmitido diretamente ao empregado, após os efetivos préstimos de serviços contratados, pois, as partes ao se obrigarem entre si, e devem satisfazer as prestações recíprocas. Isso significa que é dever do empregado honrar com as atividades assumidas no contrato, e ao empregador, a garantia de todos os direitos devidos aquele.

Desta forma, pondera-se que ao empregador é ofertada a liberdade de contratar, de estabelecer as atividades e as normas para a efetividade do contrato firmado, porém, é sua obrigação respeitar os direitos fundamentais de seus funcionários, e consequentemente, fornecer um ambiente sadio e harmonioso, bem como, as ferramentas necessárias para o bom desenvolvimento das funções, bem como a garantia da remuneração acordada.

Por outro lado, é dever do empregado, desenvolver as atividades contratadas com o desempenho necessário, evitando qualquer forma de prejuízo aquele ou a terceiros, dentro de seu horário de trabalho, nos dias estabelecidos, e respeitar o poder diretivo do empregador.

Ao estabelecer um vínculo de emprego, as partes devem observar os preceitos constitucionais e legais que estabelecem as formas necessárias para tal contratação, uma vez a efetivação da relação entre empregado e empregador, acaba por influenciar a economia nacional e a sustentabilidade social do ramo empresarial.

E conclui Nascimento (2009, p. 546) que “o contrato de trabalho impõe-se tanto como uma necessidade subjetivista de afirmação da liberdade de trabalho como também de uma afirmação de justiça social sob cujos princípios deve-se enquadrar”.

Diante dos contratos individuais de trabalho firmados entre empregados e empregadores, da importância dos cumprimentos de deveres entre ambos, de respeito dos direitos recíprocos, do necessário ambiente sadio e harmonioso, é que se torna de suma importância a sobrevivência da empresa, sua preservação, e a observância dos procedimentos aplicados à recuperação judicial, visto que, a função social desenvolvida pelo setor empresarial é impulsionadora da atividade econômica, conforme já mencionado anteriormente.

Por fim, utilizando o ideal de Comparato (2003, p. 552) “a chama da liberdade, da igualdade e da solidariedade haverá de iluminar e inflamar a Terra inteira”, a fim de que as premissas inerentes aos procedimentos da recuperação judicial possam contribuir para a efetiva sobrevivência da empresa e almejar a melhoria de condições econômicas e financeira para todas sociedade.

5. O PROCESSO DE EXECUÇÃO TRABALHISTA E A LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Conforme todo o exposto, a atual Constituição Federal, explicita as regras fundamentais para a constituição das relações de emprego, visando em especial, a garantia dos direitos sociais, em face das premissas liberais pela mesma carta elencadas.

Desta forma, amparada pela competência estabelecida pela legislação pátria, em especial através da ampliação elencada através da Emenda Constitucional n. 45/2004, a Justiça do Trabalho busca solucionar as lides laborais, de maneira dinâmica e eficaz, eis que há relação com verbas alimentares.

Após todos os tramites processuais vigentes na ação trabalhista que está sendo analisada pelo Poder Judiciário, ocorrendo o transito em julgado, e não havendo maiores procedimentos a serem adotados, o juiz responsável pelo feito, procederá a deflagração de ofício da execução, adotando as medidas necessárias para o cumprimento da sentença, em especial no tocante a liquidação do valor devido, constrição de patrimônio necessário e expropriação dos bens garantidores dos direitos reconhecidos.

O procedimento da execução perante à Justiça do Trabalho, está descrito na Consolidação das Leis Trabalhistas, compreendidos entre os artigos 876 a 892, onde está determinado que para decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executadas perante essa justiça especializados, seguindo seus parâmetros.

Da mesma forma, serão executadas de ofício, as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, seja resultante de condenação ou homologação de acordo.

Salienta o artigo 877 ser competente para a execução das decisões o Juiz ou Presidente do Tribunal que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio, sendo que a alínea “A”, observa que é competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria.

A execução, no âmbito laboral, poderá ser promovida por qualquer interessado, ou *ex-officio* pelo próprio Juiz ou Presidente ou Tribunal competente, nos termos do artigo anterior.

Deverá ser realizada a liquidação da sentença, ocasião em que, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal, e tal procedimento abrangerá, também, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas.

As partes serão intimadas para se manifestarem quanto aos cálculos realizados, indicando os itens e valores impugnados, sob pena de preclusão.

Conhecido e liquidado o valor, a parte executada poderá cumprir a execução ou garantir a mesma, sob pena de penhora, dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora.

Não havendo pagamento e tão pouco garantia em juízo da execução, para eventuais discussões por intermédios de embargos, a Justiça do Trabalho procederá a busca através de contas bancárias, bens móveis e bens imóveis do executado, e no caso de pessoa jurídica, não encontrando bens vinculadas ao CNPJ, ocorrerá a desconsideração da personalidade jurídica, e incidirá sob os CPF's vinculados nos atos constitutivos da empresa.

Há de se ressaltar a penhora *online*, ou seja, por via eletrônica, da qual bem ressalta Nascimento (2009, p. 687) “pelo computador o juiz conectado diretamente com o Banco Central, que dispõe de dados sobre a titularidade de contas bancárias de todo o País”, busca dos valores pertinentes à execução. Complementando seus comentários a respeito do tema Nascimento (2009, p. 688) ainda mencionada que “o bloqueio da ou das contas bancárias do executado torna-se mais rápido por esse meio. O desbloqueio de excesso ou de penhoras sobre pessoas que não estão obrigadas a responder pelo débito, nem tanto”.

Um dos grandes impasses na questão da execução trabalhista, defronta-se nas delimitações empregadas através da lei 11.101/2005, a qual trata da recuperação judicial das empresas, quer seja de forma extrajudicial, ou judicial.

Vale destacar que, uma vez deferido o pedido de recuperação judicial, as empresas que estão vinculadas a tal procedimento, visando sua preservação e continuidade de suas atividades, devem restar subordinadas aos ditames que regulamentam esse instituto, qual seja, aqueles constantes da Lei nº 11.101/05.

Em uma das primeiras observações, tem-se que com o deferimento do pedido recuperacional, ocorrera a suspensão das ações e execuções em face das empresas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, improrrogáveis, em regra, mas que, como se observa do entendimento jurisprudencial, tem-se arrastado até a designação da assembleia geral de credores ou, na inexistência dessa, até a homologação do plano de recuperação, buscando melhor atender o princípio da preservação da empresa insculpido na especializada.

Elucidando a situação processual ora analisada, Nascimento (2009, p. 714) esclarece que “não poderão ter andamento diretamente na Justiça do Trabalho as execuções para cobrança desses créditos, mas certamente haverá interpretações no sentido de que esse trâmite no Judiciário Especial poderá ocorrer quanto aos créditos superprivilegiados”, quais sejam, aqueles vinculados com a eventual decretação de falência.

Diante do artigo 6º da lei n. 11.101/05, a “decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário”.

Ainda no que pertine o parágrafo 4º do artigo acima mencionado, em havendo o deferimento do processo de recuperação judicial, ocorrerá a suspensão anteriormente citada, pelo prazo de cento e oitenta dias, como forma de possibilitar um suspiro econômico-financeiro a empresa recuperanda.

Em que pese o período e a constatação da suspensão comentada, ressalta-se a problemática envolvendo a competência do Juízo Laboral para dar continuidade e findar a execução envolvida nos autos da ação trabalhista, visto que, diante do parágrafo 3º, do artigo 6º, da lei especializada, ao Juiz do Trabalho é devida a continuidade da execução pertinente, até o reconhecimento líquido e certo do quanto devido, ocasião em que, consolidada tal importância, o crédito devera ser incluído na classe determinada pelo Juízo da recuperação judicial.

Desta forma, havendo o reconhecimento líquido do crédito envolvido na execução trabalhista, tal quantia deverá ser enviada ao Juízo Recuperacional, e incluído na classe apropriada, qual seja, a classe laboral, representando credores privilegiados.

No tocante ao privilégio instituído aos credores da classe trabalhista, Nascimento (2009, p. 716) esclarece que:

O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a um ano para o pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrente de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial, e não poderá, ainda, prever prazo superior a trinta dias para o pagamento, até o limite de cinco salários por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.

Diante da circunstancia de competência do Juiz do Trabalho vai até a fase de liquidação, e posteriormente envio do valor apurado ao aquele em que tramita a demanda recuperacional para que retifique ou habilite tal crédito, o E. Superior Tribunal de Justiça, assim já se manifestou:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Uma vez deferido o processamento da recuperação judicial, ao Juízo Laboral compete tão-somente a análise da matéria referente à relação de trabalho, vedada a alienação ou disponibilização do ativo em ação cautelar ou reclamação trabalhista.

2. É que são dois valores a serem ponderados, a manutenção ou tentativa de soerguimento da empresa em recuperação, com todas as conseqüências sociais e econômicas daí decorrentes - como, por exemplo, a preservação de empregos, o giro comercial da recuperanda e o tratamento igual aos credores da mesma classe, na busca da "melhor solução para todos" -, e, de outro lado, o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos perante a justiça laboral.

3. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, a fortiori, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal. (STJ/Conflito de Competência nº 112799 / DF – 2010/0117928-8, Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, j. 14/03/2011).

Desta forma, uma vez apresentando-se as empresas executadas com pedido de processamento de recuperação judicial deferido, tem-se que as mesmas estão submetidas aos ditames da Lei nº 11.101/05 e, conseqüentemente, o prosseguimento da execução trabalhista, após ter sido constituído o valores liquido e certo da mesma, deve ser desenvolvido perante o Juízo Recuperacional, respeitando-se a legislação vigente e os fundamentos pertinentes à mesma.

6. DA BUSCA POR UMA SOLUÇÃO DIANTE DO CONFLITO DE (IN)COMPETÊNCIA NA EXECUÇÃO TRABALHISTA DIANTE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em que pese tais considerações, há de se ressaltar a dificuldade em se fazer cumprir as delimitações existentes na Lei 11.101/05, em especial na fase de execução trabalhista, e a questão pertinente da continuidade da empresa recuperanda.

O processo de uma ação trabalhista, no qual há no pólo litigante uma empresa em recuperação judicial, transitará normalmente, respeitando-se no momento oportuno eventual suspensão, porém, ocorrendo a constituição do valor devido à parte exequente, tal quantia deverá ser encaminhada ao conhecimento do juízo recuperacional e a execução ter sua continuidade nas conformidades do art. 6º, § 3º, da lei 11.101/05.

Contudo, não são raras as ocasiões em que mesmo ocorrendo a constituição do valor total e final relativo à execuções trabalhista, tais quantias não são submetidos ao Juízo da Recuperação Judicial, e sua continuidade se perfaz nos próprios autos da ação em curso perante a Justiça do Trabalho, ofendendo a legislação em vigor, e ocasionando prejuízo significativo ao desenvolvimento daquele procedimento, e comprometendo a sobrevivência da empresa.

Salienta-se novamente que a recuperação judicial não tem o intuito de prejudicar os credores das empresas envolvidas, ao contrário, tem-se a intenção de ajudá-los a receber quantias das quais talvez nunca viessem a ter pela possibilidade de falência. Nesse sentido verifica-se que “a empresa é beneficiada. Passa a ter melhores oportunidades para dar continuidade ao desenvolvimento de suas atividades econômicas favorecidas pela ampliação dos prazos de pagamento dos débitos trabalhistas. Poderá prosseguir o negocio” (NASCIMENTO, 2009, p. 716).

Todos os envolvidos com as atividades da empresa, inclusive os empregados, e aqueles que requerem seus interesses por intermédio da Justiça do Trabalho, visam a continuidade das atividades empresariais, a fim de que os valores devidos lhes sejam oportunizados e transmitidos.

Em discussões a respeito do conflito de competência para dar continuidade as atividades empresariais em recuperação judicial, o Superior Tribunal de Justiça, assim já se manifestou, ao salientar a importância de ser observada a questão da execução de valores liquidados pela Justiça Laboral, e a continuidade dos procedimentos pertinentes:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E JUÍZO TRABALHISTA. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. 1 - Deferido o pedido de recuperação judicial da empresa, as execuções individuais trabalhistas deverão prosseguir de acordo com o plano de recuperação judicial, perante o Juízo da recuperação. 2 - Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial. (CC 110.386/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/02/2011, DJE 16/02/2011).

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO E JUÍZO FALIMENTAR. EXECUÇÃO TRABALHISTA. ARREMATAÇÃO REALIZADA POSTERIORMENTE AO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA. UNIVERSALIDADE DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. ANULADA A ARREMATAÇÃO, REALIZADA POR JUÍZO DIVERSO DO DA RECUPERAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO. I - O Juízo em que se processa a recuperação judicial é o competente para julgar as causas que envolvam interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução que tenham origem em créditos trabalhistas. II - Consideradas as peculiaridades do caso, a preservação do ato de arrematação realizado pelo Juízo incompetente, depois de deferido e persistindo o processo judicial de recuperação, não deve subsistir, uma vez que tal decisão é nitidamente incompatível com o objetivo da Lei n. 11.101/2005. III - A nulidade resulta da incompetência absoluta e, por isso, pode ser declarada em Conflito de Competência (CPC, art. 122), mormente por se tratar de arrematação cuja carta ainda não foi registrada. Agravo Regimental provido, conhecendo-se do Conflito e declarando competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Indaiatuba - SP. Em consequência, declara-se a nulidade da arrematação realizada na reclamação trabalhista, posterior ao deferimento da recuperação judicial da executada. (AgRg nos EDcl no CC 99.548/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/02/2011, DJe 10/03/2011).

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. ATOS DE EXECUÇÃO. MONTANTE APURADO. SUJEIÇÃO AO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/2005. RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. 1. Tanto sob a égide do Decreto-lei n. 7.661/1945 como da Lei n. 11.101/2005, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor. 2. Se, de um lado, há de se respeitar a exclusiva competência da Justiça laboral para solucionar questões atinentes à relação do trabalho (art. 114 da CF); por outro, não se pode perder de vista que, após a apuração do montante devido ao reclamante, processar-se-á no juízo da recuperação judicial a correspondente habilitação, ex vi dos princípios e normas legais que regem o plano de reorganização da empresa recuperanda. 3. A Segunda Seção do STJ tem jurisprudência firmada no sentido de que, no normal estágio da recuperação judicial, não é razoável a retomada das execuções individuais após o simples decurso do prazo legal de 180 dias de que trata o art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005. 4. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no CC 101628/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/05/2011, DJe 01/06/2011).

Diante do exposto, o crédito apurado no juízo trabalhista deverá ser pago no juízo universal da recuperação judicial, único competente para a averiguação da ordem de preferência dos créditos da recuperanda, não sendo permitido à parte prosseguir na execução concomitantemente com a habilitação do seu crédito no quadro geral de credores, por questão de respeito ao Juízo Universal, tal como determina o entendimento sedimentado pela Seção Especializada do Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Paraná:

OJ EX SE - 28: FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL - (RA/SE/002/2009, DEJT divulgação 23/09/2009) I - Falência e Recuperação Judicial. Competência. A execução contra a massa falida ou empresa em processo de recuperação judicial é de competência da Justiça do Trabalho até a fixação dos valores como incontroversos e a expedição da certidão de habilitação do crédito (Lei 11.101/05, art. 6o, §§ 1o e 2o). (ex-OJ EX SE 48). (PARANÁ, Tribunal Regional do Trabalho, RT n.02082-1994-093-09-00-1-ACO-07163-2010, Relator: Desembargador Luiz Eduardo Gunther, 2010).

O legislador pátrio, ao especificar e condicionar o procedimento que visa a recuperação judicial, o fez de forma a tornar os trabalhadores credores preferenciais, sendo que, no plano de recuperação judicial, o lapso temporal não poderá ser superior a um ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho, conforme preceitua o artigo 54, da Lei 11.101/05, razão pela qual, o encaminhamento para o Juízo Universal deve ser efetivado após a apuração da quantia devida pela Justiça Laboral, visando a efetividade do feito, conforme julgado que evidencia tal circunstância:

DECORRIDO O PRAZO A QUE ALUDE O ART. 6º, § 2º DA LEI DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS, A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CESSA COM A APURAÇÃO DO VALOR INCONTROVERSO, QUANDO DEVERÁ SER EXPEDIDA A CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO DE CRÉDITO, COM A REMESSA AO MMº JUÍZO FALIMENTAR.

(...) Penso que caberia consignar que a competência da Justiça do Trabalho cessa com a apuração do valor incontroverso, quando deverá ser expedida a certidão de habilitação de crédito, com a remessa ao juízo falimentar (o que já foi efetuado).

(...) *Dou provimento parcial para reconhecer que a Justiça do Trabalho não detém competência para o prosseguimento da execução, pois esta cessou após a apuração do valor incontroverso e expedição da certidão de habilitação de crédito.*

(PARANÁ, Tribunal Regional do Trabalho, AP n. 01101-2009-562-09-00-2, Relator: Desembargador Paulo Ricardo Pozzolo, 2013).

Para os fins de se observar os princípios da celeridade, eficiência do processo, segurança jurídica, e do Juízo Universal, observando-se os preceitos da Lei 11.101/2005, orientação jurisprudencial dos Tribunais pelo país e pelo Superior Tribunal de Justiça, há necessidade do Juízo Laboral encaminhar ao Juízo da Recuperação Judicial o valor constituído e liquidado na execução trabalhista, evitando-se conflito de competência, bem como, prevenindo o objeto de tal medida, qual seja, a sobrevivência empresarial. Nessa linha de entendimento, destaca-se os julgamentos que seguem:

DECORRIDO O PRAZO A QUE ALUDE O ART. 6º, § 2º DA LEI DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS, A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CESSA COM A APURAÇÃO DO VALOR INCONTROVERSO, QUANDO DEVERÁ SER EXPEDIDA A CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO DE CRÉDITO, COM A REMESSA AO MMº JUÍZO FALIMENTAR. O Exequente afirma que a Execução deve prosseguir, perante a Justiça do Trabalho, pois, decorrido o prazo de 6 meses a que alude a Lei de Falências e Recuperações Judiciais. Pondera, ainda, que não consta, nos autos, nenhuma informação acerca do processo de Recuperação Judicial. Pondera que a Executada não requereu a suspensão da execução ou a habilitação de crédito, não podendo o MMº Juízo determinar a providência, de ofício. Sem razão. Consta de certidão que a Recuperação Judicial foi concedida em 24-02-2011. A suspensão de 180 dias, deu-se entre 23-03-2011 e 22-09-2011. Após este prazo, a Execução pode continuar, nesta Justiça Laboral, mas, somente até a fixação dos valores incontroversos, quando deverá ser expedida a Certidão de Habilitação de Crédito, com a, conseqüente, remessa ao MMº Juízo Falimentar, conforme a OJ EX SE – 28, I, desta E. Seção Especializada. Nego provimento.

(PARANÁ, Tribunal Regional do Trabalho, AP n. 00747-2008-666-09-00-5, Relatora: Desembargadora Fatima Teresinha Loro Ledra Machado, 2012).

DEFERIDO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CESSA COM A APURAÇÃO DO VALOR DEVIDO, SENDO O CRÉDITO INSCRITO NO QUADRO GERAL DE CREDITORES. MANTIDA A DECISÃO QUE DETERMINA A INTIMAÇÃO DAS PARTES (ART. 879, §2º, CLT) PARA FUTURA HABILITAÇÃO NO JUÍZO COMPETENTE.

Recorre a exequente alegando que a execução deve prosseguir perante a Justiça do Trabalho, pois expirado prazo de 06 meses, conforme art. 6º, §§ 4º e 5º da Lei 11.101/2005. Afirma ainda a ausência de comunicação da recuperação judicial ao Juízo. No presente caso, o prazo de suspensão já se esgotou e não houve, por parte do agravado, prova de que tenha alcançado um plano de recuperação judicial, assim como negociação de suas dívidas, conforme disposto no art. 59 Lei 11.101/2005. Particularmente, reformaria a decisão para determinar o prosseguimento da execução nesta Justiça Especializada, contudo prevalece entendimento da SE no sentido de que, uma vez deferido o processamento da recuperação judicial, a competência da Justiça do Trabalho cessa com a apuração do valor devido, sendo o crédito respectivo inscrito no quadro geral de credores. Nesse sentido a OJ EX SE – 28, I, desta E. Seção Especializada. Nego provimento.

(PARANÁ, Tribunal Regional do Trabalho, AP n. 00549-2008-666-09-00-1, Relator: Desembargador Benedito Xavier da Silva, 2012).

No mesmo sentido, tem-se os julgamentos preferidos pelo Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Paraná, nos autos do AP n. 00635-2008-666-9-00-4, Relator: Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca; AP n. 00657-2008-666-9-00-4, Relatora: Desembargadora Fatima Teresinha Loro Ledra Machado; dentre outros.

Caso não sejam respeitados os aspectos ora apontados, e se tenha a continuidade da execução perante a Justiça do Trabalho, tanto no tocante aos bens da pessoa jurídica ou aos seus dos seus sócios, o objetivo da recuperação judicial se perderá, a sobrevivência da empresa não será possível e os reflexos serão suportados por toda sociedade.

Desta forma, há necessidade de conscientização por parte dos envolvidos em execuções trabalhistas e recuperação judicial, para os fins de que, todos os trâmites desenvolvidos até a consolidação do valor devido pelo executado sejam respeitados, ressalvada a suspensão descrita no artigo 6º, parágrafo 4º, da lei 11.101/05, porém, após a liquidação valorativa da execução, a mesma deverá ser encaminhada ao Juízo Recuperacional, a fim de que tal procedimento tenha êxito e o exequente receba a quantia que lhe compete, sem que a empresa venha a ser prejudicada, e excluída sua função social.

7. AS CONSEQUÊNCIAS PARA O RAMO EMPRESARIAL

As empresas que passam por condições de crises financeiras, econômicas, patrimoniais, e que tais condições venham a comprometer sua própria sobrevivência, podem buscar o procedimento advindo da lei. 11.101/05, conforme anteriormente exposto, uma vez que “a crise fatal de uma grande empresa significa o fim de postos de trabalho, desabastecimento de produtos ou serviços, diminuição de arrecadação de impostos e, dependendo das circunstâncias, paralisação de atividades satélites e problemas sérios para a economia local, regional ou, ate mesmo, nacional” (COELHO, 2012, p. 251).

Ao aceitar sua dramática situação necessária para continuidade de suas atividades empresariais, os responsáveis pelas empresas submetem todas as suas ponderações e particularidades comerciais a disposição do Juízo da Recuperação Judicial, para os fins de evitar procedimentos alheios e surpresas desagradáveis de todos os âmbitos administrativos e judiciais.

Quando se depara com a problemática envolvida pela constituição de liquidez do montante devido em uma execução trabalhista, e a continuidade do processo através da Justiça Laboral, tendo previsão legal para que tal montante seja encaminhado ao Juízo Recuperacional, e não sendo observada tal determinação, a sobrevivência da empresa resta prejudicada.

Primeiramente, diante da dificuldade financeira que enfrenta, e é a primordial razão para se comprometer diante de processo de recuperação judicial, vem-se a empresa submetida a compromissos de ordem do Juízo Universal, e sendo executada pelo Juízo Laboral.

Por outro lado, além dos compromissos assumidos nos autos da recuperação judicial, nos quais os credores prioritários são de ordem trabalhista, ainda há aqueles empregados que necessitam de suas verbas laborais mensais, e para tanto, há necessidade de cumprimento das responsabilidades empresariais para com o respectivo quadro funcional de trabalhadores.

Ainda, há o risco de seguirem duas execuções sobre o mesmo montante, visto que, alguns magistrados admitem o encaminhamento ao Juízo Universal, porém, procedem a desconsideração da personalidade jurídica e perfazem a continuidade em face dos sócios envolvidos, agravando o quadro instaurado, e restando prejudicada a sobrevivência empresarial como um todo.

O objeto da recuperação judicial é o “saneamento da crise econômico-financeira e patrimonial, preservação da atividade econômica e dos seus postos de trabalho, bem como o atendimento aos interesses dos credores. Diz-se que, recuperada, a empresa poderá cumprir sua função social” (COELHO, 2012, p. 404).

A partir do momento em que a execução trabalhista, com a liquidação do valor devido pela empresa executada, não é encaminhada ao Juízo da Recuperação Judicial, a sobrevivência da mesma fica prejudicada, e o fins buscados através da adoção de medidas recuperacionais pela empresa em crises e com dificuldades para continuidade de suas atividades, não poderão ser atingidos.

Há de se destacar a necessidade do reconhecimento e observância das determinações elencadas pela lei n. 11.101/05, por todos os operadores do direito, em especial os magistrados envolvidos, sob pena da sociedade sofrer retalhos em suas atividades empresariais e os cidadãos suportarem consequências imensuráveis, de difícil reparação, com o comprometimento da economia.

Conforme elucida Coelho (2012, p. 218) “a empresa é uma organização social em que há pessoas com interesses que devem ser adequadamente compostos para que o processo produtivo desenvolva-se de modo a preservar a dignidade do ser humano”, e portanto, necessita que todos os meios necessários, quer seja através de atos administrativos, ou da via judiciária, sejam respeitados, e sua função social reconhecida para que possa contribuir com o crescimento econômico e financeiro.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as considerações expostas, verifica-se que com o crescimento econômico e social, alicerçado na identificação de direitos subjetivos juridicamente protegidos por normas positivadas, importou, nas últimas décadas, um significativo aumento de questionamentos envolvendo os aspectos liberais da constituição, as normas sociais e a sustentabilidade do ramo empresarial.

Necessária se faz a observação de todos os princípios constitucionalmente previstos, tanto os de caráter liberal, tais como o direito de livre-iniciativa, livre-concorrência e de propriedade, como aqueles de cunho social, em especial oriundos das relações de trabalho e aqueles baseados na declaração universal dos direitos humanos, como a dignidade da pessoa humana, igualdade e liberdade.

O trabalho proporciona valores sociais para toda sociedade, com o recebimento de contraprestação pecuniária, saúde, previdência e assistência social, como também a responsabilidade no cumprimento por parte do empresário de ônus vinculados com a relação de emprego pelo mesmo desenvolvida, em prol do crescimento econômico e do equilíbrio social.

Vislumbrando a integração entre capital e trabalho Bonavides (2009, p. 189) assim destaca:

Com a reconciliação entre o capital e o trabalho, por vai democrática, todos lucram. Lucra o trabalhador, que vê suas reivindicações mais imediatas e prementes atendidas satisfatoriamente, numa fórmula de contenção de egoísmo e de avanço para formas moderadas do socialismo fundado sobre o consentimento. E lucram também os capitalistas, cuja sobrevivência fica afiançada no ato de sua humanização, embora despojados daqueles privilégios de exploração impune, que

constituíam a índole sombria do capitalismo, nos primeiros tempos em que se implantou.

A questão envolve a conscientização de toda sociedade, com base na legislação vigente, para a continuidade das atividades empresariais e as consequências de tais decisões sob o enfoque econômico e social, requer a observação dos princípios envolvidos pela recuperação judicial, conforme anteriormente mencionado, pois evidencia um momento de crise que poderá ser superado.

Primeiramente, no tocante as regras constitucionais sociais e econômicas, a importância do respeito por seus pressupostos, os quais estão diretamente inseridos em todas as modalidades de relações entre empregados e empregadores, e aquelas pertinentes ao processo de recuperação judicial, fundamentando a legislação nacional vigente competente para conduzir os procedimentos apropriados, e que cada órgão do Poder Judiciário possa contribuir para a sobrevivência empresarial almejada e que a efetividade de sua função social.

Por outro lado, igualmente, as normas constitucionais de cunho liberal, que alicerçam as atitudes do ramo empresarial, em prol do desenvolvimento econômico, devem ser garantidas e observadas, evitando-se as questões pertinentes a conflitos de competência, ou mesmo, desrespeito das normas vigentes.

A relação entre o dualismo existente na Constituição Federal vigente, qual seja, ora elencando direitos sociais, ora liberais, visa estimular a formalização do contrato individual do trabalho, a fim de que, os direitos fundamentais garantidos aos empregados sejam efetivados, e que princípios da livre-iniciativa e livre-concorrência, sejam suportes para atos empresariais de boa-fé e ética profissional, em prol da sustentabilidade econômica.

Desta forma, com o estudo desenvolvido, evidencia-se a necessidade de que a Justiça Laboral, após constituir o valor devido em fase de execução trabalhista, encaminhe a quantia respectiva ao Juízo Universal, respeitando as normas vigentes, e contribuindo com a possibilidade de continuidade empresarial, laboral, econômica e financeira, bem como, com o devido recebimento pelos exequentes dos numerários que lhes são devidos. Todo o exposto, visando que a projeção inicial explanada no artigo 47, da lei n. 11.101/05, seja “viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores,

promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”, seja efetivada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- BRASIL, Constituição (1988). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 outubro 1988.
- BRASIL, Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 agosto 1943.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- _____. **Do estado liberal ao estado social**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- _____. **Curso de direito comercial: direito de empresa**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. v. 8. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do trabalho**. 3. ed. Niterói: Impetus, 2009.
- COSTA, Pedro Oliveira da. **Apontamentos para uma visão abrangente da função social dos contratos (art. 421)**. In: TEPEDINO, Gustavo. **Obrigações: Estudos na Perspectiva Civil – Constitucional**. São Paulo: Renovar, 2005.
- GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. **Função social do contrato**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na constituição federal de 1988**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Princípios contratuais. a teoria do contrato e o novo código civil**. Recife: Nossa Livraria, 2003.
- LUÑO, Antonio Enrique Perez. **Derechos humanos, estado de derecho y constitucion**. 8. ed. Tecnos.
- MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual de direito e processo do trabalho**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho**. 24.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Direito contemporâneo do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2011.

NEGREIROS, Teresa. **Fundamentos para uma interpretação constitucional do princípio da boa-fé**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

OLIVEIRA, Francisco Cardozo; SILVA, Ligia Neves. Possibilidade de uma análise econômica do princípio da função social do contrato: trocas, acesso às posições proprietárias e ao trabalho. **Direitos fundamentais e justiça**. Porto Alegre, ano 5. n. 16, p. 182-203, jul/set. 2011.

POPP, Carlyle et al. **Direito empresarial & cidadania: questões contemporâneas**. Curitiba: Juruá, 2008.

SALOMÃO, Luis Felipe e SANTOS, Paulo Penalva. **Recuperação judicial, extrajudicial e falência: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

SILVA, Roberta Mauro e. Relações Reais e Relações Obrigacionais: Propostas Para uma Nova Delimitação de suas Fronteiras. In: TEPEDINO, Gustavo. **obrigações: estudos na perspectiva civil – constitucional**. São Paulo: Renovar, 2005. TEIZEN JÚNIOR, Augusto Geraldo. A Função Social no Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SILVA, Virgílio Afonso da. **A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais as relações entre particulares**. São Paulo: Malheiros, 2011.

VENOSA. Sílvio de Salvo. **Direito civil. teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004. vol. 2